

Mutirão 'Direito a Ter Pai' da Defensoria Pública de Minas reconstrói histórias em 63 municípios

Iniciativa extrajudicial da DPMG ofereceu exames de DNA gratuitos e reconhecimento espontâneo simultaneamente em 63 unidades da Instituição

FOTOS MARCELO SANT'ANNA E CLAUDINEI SOUZA / DPMG



A cerimônia oficial de abertura reuniu, no salão de atendimento da sede I da Defensoria Pública em Belo Horizonte, autoridades, parceiros e imprensa, além dos participantes do mutirão. A coleta do material genético para os exames de DNA foi feita dentro das unidades da Defensoria por técnicos do

laboratório contratado. Outros parceiros colaboraram para tornar o momento alegre e festivo para os participantes da 10ª edição estadual do mutirão, com atendimentos simultâneos na capital e em mais 62 unidades no interior do estado.

[PÁG. 3, e 4](#)

Atuação da Defensoria Especializada do Consumidor no Programa de Atendimento ao Superendividado (PAS)

Programa gratuito auxilia com dívidas que comprometam seu mínimo existencial

[PÁGINA 6](#)

COOPERAÇÃO TÉCNICA

DPMG e Corpo de Bombeiros firmam acordo para assistência jurídica a bombeiras e bombeiros militares

[PÁGINA 2](#)

ESCOLA SUPERIOR

Palestras sobre os 34 anos da Constituição Federal abordam luta pelos direitos humanos e mitos

[PÁGINA 8](#)

NESTA EDIÇÃO

- > Institucional [PÁG. 2, 3 e 7](#)
- > Ações em destaque [PÁG. 3 a 7](#)
- Jaboticatubas receberá sua 1ª edição do Casamento Comunitário da Defensoria Pública de Minas**
- > Deu na mídia [PÁGINA 5](#)
- > Inspirando novas atitudes [PÁGINA 7](#)
- > Escola Superior [PÁG. 8 e 9](#)
- > Procedimentos e comunicados internos [PÁG. 10 e 11](#)

INSTITUCIONAL

Defensoria Pública e Corpo de Bombeiros firmam cooperação técnica que assegura atendimento e assistência jurídica a bombeiras e bombeiros militares

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e o Corpo de Bombeiros Militar (CBMMG) firmaram Acordo de Cooperação Técnica (ACT) para o atendimento e prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos bombeiros e bombeiras militares de Minas Gerais. A assinatura aconteceu na terça-feira (4/10), no gabinete da Defensoria Pública-Geral.

O acordo prevê a assistência às bombeiras e bombeiros que figurarem como investigadas ou investigados em inquéritos policiais, inquéritos policiais militares e demais procedimentos extrajudiciais, cujo objeto for a investigação de fatos relacionados ao uso da força letal, praticados no exercício profissional, de forma consumada ou tentada, quando estas servidoras e servidores citados não constituírem defensor, após a intimação acerca da instauração do respectivo procedimento. A DPMG acompanhará os procedimentos

investigativos instaurados, privilegiando-se da utilização dos meios virtuais.

Pela DPMG, estiveram presentes na solenidade de assinatura do acordo de cooperação o subdefensor público-geral Nikolas Stefany de Macedo Katopodis; o corregedor-geral Galeno Gomes Siqueira; a chefe de Gabinete da Defensoria-Geral, Caroline Goulart Teixeira; o coordenador regional da área Criminal da Capital, Ricardo de Araújo Teixeira; e a coordenadora de Projetos, Convênios e Parcerias, Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser.

Pelo Corpo de Bombeiros, participaram a corregedora-geral da corporação, coronel Kênia Prates Silva Maciel de Freitas; a subcorregedora, major Laila Ester Magalhães Oliveira Medeiros; o ajudante de ordens do Corpo de Bombeiros, capitão Luiz Henrique Moreira Fagundes; e a major BM Ellen Campos Goulart Pereira.

[Leia na íntegra](#)

FOTOS: MARCELO SANT'ANNA/DPMG



Ao assinarem o TCT, a defensora-geral Raquel da Costa Dias ressaltou o papel fundamental do Corpo de Bombeiros; já o comandante, cel. Edgard Estevo, agradeceu à Defensoria Pública por proporcionar um acordo desta natureza

DPMG adere à Rede Mineira de Laboratórios de Inovação

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) é uma das 16 instituições públicas e privadas que aderiram à Rede Mineira de Laboratórios de Inovação. A Rede foi lançada na terça-feira (4/10), pela Unidade Avançada de Inovação em Laboratório (UAILab) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), em parceria com o laboratório da Justiça Federal em Minas Gerais (IluMinas). O evento aconteceu no Auditório do Tribunal Pleno do TJMG.

A Rede tem o objetivo de promover o intercâmbio de experiências e informações entre os laboratórios de inovação do setor público e privado do

Estado, visando à criação de programas e ações interinstitucionais de inovação científica e tecnológica. Além da constante troca de informações e da capacitação técnica, as instituições estarão reunidas para elaborar projetos e soluções conjuntas.

A adesão da DPMG à Rede foi assinada pela defensora pública-geral Raquel da Costa Dias, que esteve no evento acompanhada pelo subdefensor-geral Nikolas Katopodis; pela chefe de Gabinete Caroline Loureiro Goulart Teixeira; e pela assessora de Administração Estratégica e Inovação, defensora pública Karina Rodrigues Maldonado.

Com informações do TJMG.

FOTOS: MARCELO SANT'ANNA/DPMG



Defensora-geral Raquel da Costa Dias (2ª posição, à direita), com os demais representantes das instituições na mesa de honra, também assinou a adesão à Rede. À direita, subdefensor-geral Nikolas Katopodis; chefe de Gabinete Caroline Goulart Teixeira; e a assessora Karina Maldonado, presentes no evento

INSTITUCIONAL

Defensoria Pública participa da entrega de cartilha e mapa de serviços voltados à população em situação de rua elaborada pelo TJMG

A defensora pública-geral de Minas Gerais, Raquel da Costa Dias, representou a Instituição no evento de lançamento da distribuição da cartilha e mapa de serviços voltados à população em situação de rua, realizado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), no Fórum Lafayette, na quinta-feira (6/10).

FOTO: MARCELO SANT'ANNA/DPMG



O diretor do Foro de BH, juiz Sérgio Cordeiro Caldas, falou sobre o envolvimento de parceiros, com a presença da defensora-geral no dispositivo (3ª pos., a partir da esquerda)

A produção da cartilha integrada ao mapa de serviços é uma ação do Grupo de Trabalho criado pelo TJMG, em atendimento à Resolução 425/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O objetivo é informar direitos dessa população e locais que podem encontrar algum tipo de atendimento.

Também participaram da cerimônia a chefe de Gabinete da DPMG, Caroline Loureiro Goulart Teixeira, e a defensora pública Júnia Roman Carvalho, em atuação na Defensoria Especializada dos Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais.

Trabalho colaborativo – A Defensoria Pública de Minas Gerais fez parte do projeto, por meio da defensora pública Júnia Roman Carvalho, juntamente com outros integrantes dos órgãos públicos e sociais responsáveis pelo trabalho. Júnia Carvalho marcou presença, também, quando do lançamento simbólico da peça, ocorrido em junho, na sede do TJMG.

Defensora pública-geral faz visita de cortesia à presidente do TRF-6

A defensora pública-geral de Minas Gerais, Raquel da Costa Dias, fez na quarta-feira (5/10) uma visita de cortesia à desembargadora federal Mônica Sifuentes, presidente do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, em Belo Horizonte.

Na ocasião foram tratados assuntos de interesse institucional. Também participou do encontro a chefe de Gabinete da Defensoria Pública de Minas Gerais, defensora pública Caroline Teixeira.

FOTO: MARCELO SANT'ANNA/DPMG



AÇÕES EM DESTAQUE

Mutirão 'Direito a Ter Pai' da Defensoria Pública de Minas reconstrói histórias em 63 municípios

Iniciativa extrajudicial da DPMG ofereceu exames de DNA gratuitos e reconhecimento espontâneo simultaneamente em 63 unidades da Instituição

continua >>

FOTOS MARCELO SANT'ANNA E CLAUDINEI SOUZA / DPMG



DPG Raquel da Costa Dias fala para assistidas, assistidos e autoridades presentes na cerimônia de abertura. Antes, as autoridades percorreram os andares dos atendimentos e conversaram com os participantes

AÇÕES EM DESTAQUE

Mutirão ‘Direito a Ter Pai’ reconstrói histórias em 63 municípios

>> *continuação*

O Mutirão “Direito a Ter Pai” chegou à sua 10ª edição estadual com atendimentos simultâneos na capital e em mais 62 unidades da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) no interior do estado. Oitocentas e quarenta e nove pessoas se inscreveram para a força-tarefa, que aconteceu na sexta-feira (7/10) e realizou, sem nenhum custo às famílias, exames de DNA e reconhecimentos espontâneos. O tipo de ação que o mutirão propõe promove cidadania, garantindo que mais pessoas tenham acesso a direitos básicos e tão necessários à vida em sociedade.

Abertura oficial – A cerimônia oficial de abertura reuniu, no salão de atendimento da sede I da Defensoria em Belo Horizonte, autoridades, parceiros e imprensa, além dos participantes do mutirão.

Em seu pronunciamento, a defensora pública-geral do estado, Raquel da Costa Dias, lembrou que mais de sete mil bebês que nasceram em Minas Gerais em 2021 não têm o nome do pai na certidão, e destacou a relevância do mutirão. “Sabemos da importância de um pai e uma mãe, fundamentais na formação do ser humano e da família, que é a base da sociedade. Raquel da Costa Dias fez ainda um agradecimento às instituições e aos parceiros”. E se dirigindo ao assistido, a DPG finalizou dizendo que a Instituição “é a casa das pessoas que precisam do acesso integral, gratuito e efetivo à justiça”.

O desembargador Luiz Carlos Gomes da Mata representou o presidente o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador José Arthur Carvalho Pereira Filho, e em suas breves palavras disse que a realização do mutirão representa “um momento de júbilo para Minas Gerais”. Ele destacou também o propósito da Defensoria de atuar em prol das cidadãs e cidadãos, especialmente aquelas e aqueles em situação de vulnerabilidade.

Mutirão “Direito da Ter Pai” – Durante todo o dia, as unidades da DPMG receberam os participantes em horários agendados para sessões de concilia-



Mutirão de emoções na restauração e fortalecimento dos vínculos familiares

ção com defensoras e defensores públicos, nos casos de reconhecimento espontâneo; e para coleta de material genético, nos casos de exame de DNA. Apenas em Belo Horizonte, 40 defensoras e defensores públicos e 35 funcionárias e funcionários estavam mobilizados para o atendimento.

Aquelas e aqueles que fizeram o exame já saíram da Defensoria com horário agendado para retornar no dia 2 de dezembro, quando o resultado será entregue às partes de forma privativa, por defensoras e defensores públicos.

[Leia na íntegra](#)

'A gente agora vai poder colocar o sobrenome dele na certidão do neto. Era um sonho'

Convidados a participar desta grande festa da cidadania, Capitão América e Homem-Aranha fizeram questão de confirmar presença. E com eles, uma grande equipe heróis e heroínas servidoras e servidores, defensoras e defensores públicos mobilizados nesta iniciativa da Defensoria Pública de Minas: o Mutirão Direito a Ter Pai 2022.

Pelos andares e corredores da Instituição, pais, mães, filhas e filhos acompanhados de parentes envolvidos num grande mutirão de emoções, tiveram como foco a restauração e o fortalecimento dos vínculos familiares a partir de algo tão simples e tão importante na vida de qualquer pessoa: o direito de ter na certidão de nascimento o nome do pai.

Histórias e relatos foram compartilhados com os mais variados veículos de imprensa que também ocuparam espaços na Defensoria Pública,

[Leia na íntegra](#)

FOTOS MARCELO SANT'ANNA E CLAUDINEI SOUZA / DPMG



Homem-Aranha e Capitão América fizeram a alegria das crianças e demais participantes do Mutirão Direito a Ter Pai, que teve ainda carrinho de pipoca e algodão doce, distribuição de balas e brindes



DEU NA MÍDIA

MUTIRÃO 'DIREITO A TER PAI'

Mutirão 'Direito a Ter Pai' será realizado nesta sexta-feira, no Sul de Minas

[Portal Terra do Mandu](#)

Mutirão Direito a Ter Pai: 63 unidades da DPMG em todo o estado estarão com as portas abertas

[Rádio BandNews](#)

Mutirão da Defensoria Pública ajuda pessoas a terem o reconhecimento de paternidade

[TV Globo/Montes Claros](#)

Décima edição do mutirão notifica 200 pais em Uberlândia

[TV Globo/Uberlândia](#)



Mutirão da Defensoria Pública em JF atende 150 pessoas

[TV Globo/Juiz de Fora](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria Pública de Minas faz atendimentos à população de Passos no 1º Encontro da Idade Feliz

A Defensoria Pública Itinerante foi até a cidade Passos, no Sudoeste de Minas Gerais, participar do 1º Encontro da Idade Feliz, promovido pela Prefeitura do município, por meio da Secretaria de Esportes, Lazer e Juventude. A iniciativa aconteceu no sábado (1º/10), em comemoração ao Dia Nacional do Idoso, celebrado na data.



Durante o evento, a defensora pública Ana Paula Lopes de Freitas e o defensor Gustavo Araújo Teles, acompanhados pelo estagiário de Direito, Guilherme Martins, realizaram atendimento nas áreas de família e sucessões, criminal e violência doméstica. Além do atendimento à população, distribuíram cartilhas de educação em direitos em áreas diversas.

O encontro, que contou com um público variado, de todas as idades, ofereceu variadas atrações, como aula de ginástica, dança recreativa, palestras, apresentações musicais, caminhada e atividades esportivas, e também apresentação dos órgãos oficiais presentes.

Além da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), o evento teve o apoio e participação das Secretarias Municipais de Desenvolvimento, Trabalho e Renda e de Saúde; do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus), da Faculdade de Inovação e Tecnologia de Minas Gerais (FIT-MG) e da Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg).

DEU NA MÍDIA

Defensoria e Uemg fazem mutirão para troca de nome e gênero em Passos

Inscrições para o projeto "Retificação gratuita de nome e gênero para pessoas trans e travestis de Minas Gerais" até 31 de outubro.

[Jornal Estado de Minas](#)

[Folha de Franca](#)

MASSACRE DE JANAÚBA

Tragédia completa 5 anos

[Globo/InterTV](#)

[g1](#)

[Rede Mais](#)

CASO SAMARCO

Justiça determina retomada de pagamentos a atingidos pela tragédia de Mariana

[O Tempo](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

Atuação da Defensoria Especializada do Consumidor no Programa de Atendimento ao Superendividado (PAS)

De abril até o final de setembro, cerca de 50 consumidores superendividados foram atendidos pela Defensoria Especializada do Consumidor, em Belo Horizonte, por meio de sua atuação no Programa de Atendimento ao Superendividado (PAS), lançado pelo NIACon – Núcleo de Atendimento ao Consumidor, formado pelo Ministério Público Estadual, Procons Municipal e Estadual, e Cejusc.

Realizado pelo Procon-BH em uma parceria inédita entre Ministério Público, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e a Faculdade Milton Campos, o programa tem atendimento gratuito direcionado aos consumidores com dívidas que comprometam seu mínimo existencial. O PAS auxilia esses consumidores a reassumir o controle financeiro de suas vidas, por meio de organização, planejamento e renegociação com seus credores, de forma a garantir que

o pagamento de suas dívidas não mais comprometa o mínimo existencial.

A coordenadora da Defensoria Especializada do Consumidor, Ana Luíza Aragão Bracarense Rios, explica que a “parceria inédita é resultado do esforço comum das diversas instituições envolvidas, que se mostraram sensibilizadas à situação da população, superendividada em percentuais alarmantes em Belo Horizonte. É também a implementação prática da atuação institucional primordial da DPCON, cujo compromisso maior é criar uma cultura de educação do público consumidor para o consumo consciente e a importância da educação financeira básica”

O projeto está na fase inicial de implementação, atendendo, em princípio, cidadãos e cidadãs a partir de 60 anos.

[Leia na íntegra](#)

Defensoria Pública apoia projeto ‘Esperançar’ para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa

“Enquanto há vida, há esperança”. Essa foi a frase dita por Alice Machado, mãe do Kaio, falecido aos 18 anos, que cumpria medida socioeducativa na Casa de Semiliberdade São Luiz, quando foi homenageada com uma tela pintada pelo filho. Kaio era o autor de uma das obras do Projeto Esperançar, desenvolvido junto aos adolescentes em cumprimento de medida na Casa São Luiz. Na quarta-feira (05/10), foi realizada a exposição das obras no Centro de Referência das Juventudes (CRJ).

A exposição é uma iniciativa da Defensoria Especializada dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte, representada pela defensora pública Ana Paula Coutinha Canela e Souza, com o apoio da Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos de Minas Gerais (ADEP-MG).

O projeto Esperançar surgiu a partir de observações da defensora pública Ana Paula durante as

visitas técnicas realizadas às casas de semiliberdade. “Era questionada por muitos adolescentes a respeito da sigla Suase, que é Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo. Para alguns, o real significado era ‘sou um adolescente sem esperança’”, explicou a defensora. De acordo com ela, o projeto Esperançar foi a forma encontrada para romper esse pensamento, mostrando o poder da esperança, por meio de cada sonho e, neste caso, por meio da arte.

As atividades foram coordenadas pelo professor da unidade, Lucas Alfa. Durante o processo, foi trabalhado a confecção de telas artísticas a partir dos desejos de cada um dos adolescentes.

A iniciativa contou com colaboração da equipe multidisciplinar da Casa de Semiliberdade.

[Leia na íntegra](#)

FOTOS: RODRIGO SANTOS SIQUEIRA/DPMG



A defensora pública Ana Paula Souza durante a entrega do quadro à Alice



Defensoras e defensores públicos, estagiários e estagiária da DPMG junto à equipe da Casa de Semiliberdade São Luís

AÇÕES EM DESTAQUE

Jaboticatubas receberá sua 1ª edição do Casamento Comunitário da Defensoria Pública. Inscrições estão abertas



Trinta casais de Jaboticatubas terão a oportunidade de formalizar a união durante o Casamento Comunitário da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG). As inscrições estão abertas e vão até o dia 21 de outubro, são gratuitas e limitadas a moradores do município.

Além do procedimento para o casamento civil, também será oferecida a possibilidade de conversão da união estável já existente em casamento.

Os interessados precisam residir em Jaboticatubas e ter renda de até dois salários mínimos por casal. A definição dos 30 casais participantes será feita pela ordem de entrega dos documentos exigidos.

[Saiba como se inscrever](#)

INSTITUCIONAL

DPMG participa de reunião com a Vigilância Sanitária de Sete Lagoas

Aconteceu na terça-feira (4/10), uma reunião entre a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e representantes da Secretaria de Vigilância Sanitária de Sete Lagoas (Visa). O objetivo do encontro foi estreitar relações com o órgão municipal para tratar de assuntos relacionados à execução penal na comarca, e assim buscar melhorias para as condições dos indivíduos privados de liberdade.

Representando a DPMG, participou a defensora pública Camila Cortes Rezende Silveira Dantas, titular da Defensoria de Execução Penal em Sete Lagoas, e o estagiário de pós-graduação em Direito, Cristian Felix Teixeira.



INSPIRANDO NOVAS ATITUDES

Defensoria Pública de Minas promove palestra de conscientização em canteiro de obras sobre direitos das mulheres

A defensora pública Samantha Vilarinho Mello Alves, coordenadora estadual de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da Defensoria Pública de Minas Gerais (CEDEM/DPMG), realizou na segunda (3/10) mais uma palestra abordando a vio-

lência doméstica e familiar contra mulheres. Desta vez, o local escolhido foi o canteiro de obras de um prédio de alto padrão em construção no bairro de Lourdes, região centro-sul de Belo Horizonte.

No refeitório da unidade residencial a rotina de pintura, acabamento e ajustes estruturais dos quase 50 trabalhadores foi suspensa para que a defensora pública abordasse, ao longo de uma hora, temas de relevância como o machismo estrutural e as mais variadas formas de violência praticadas contra as mulheres no ambiente familiar e profissional. Samantha Vilarinho destacou a importância da conscientização social contra a violência doméstica à luz dos 16 anos da Lei Maria da Penha.

FOTO: MARCELO SANT'ANNA/DPMG



[Leia na íntegra](#)

ESCOLA SUPERIOR

Defensoria Pública de Minas levanta propostas de pais e especialistas no último encontro do seminário ‘Autismo: Educar para Incluir’

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), por meio de sua Escola Superior (Esdep-MG), realizou no sábado, dia 1º/10, o terceiro e último ciclo de conversas do seminário “Autismo: Educar para Incluir”. O objetivo do seminário foi promover o diálogo aberto e construtivo sobre as propostas de inclusão escolar de qualidade das crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista (TEA), apresentadas por representantes de escolas públicas e particulares, famílias, equipe multidisciplinar e sociedade em geral. O evento teve formato híbrido, realizado presencialmente no auditório da sede da Instituição em Belo Horizonte, com transmissão pelo canal da DPMG no YouTube.

O defensor público Luis Renato Braga Arêas Pinheiro abriu o evento e foi o mediador da mesa de debates. Luis Renato é gestor do projeto “Inclusão Verde Mundo – Rede em Proteção”, da DPMG, coordenador-geral da Rede de Proteção da Pessoa com Deficiência das Instituições do Sistema de

Justiça e Instituições Públicas do Estado e membro da Comissão Especial do Direito das Pessoas com Deficiência da Associação Nacional das Defensoras e dos Defensores Públicos (Anadep).

Também participaram a defensora pública Luciana Leão Lara Luce, coordenadora da Câmara de Estudos de Métodos Adequados da Solução de Conflitos e Atuação Extrajudicial; o defensor público Estêvão Machado de Assis Carvalho, coordenador da Defensoria Especializada da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência; a defensora pública Fernanda Cristiane Fernandes Milagres, também atuante na Especializada; Debora Ferreira de Oliveira, representante do Sindicato das Escolas Particulares de Minas Gerais; Lucia Gomes Vieira, representante da Diretoria de Educação Inclusiva da Prefeitura de Belo Horizonte; Luciana Sá de Lima, coordenadora da Educação Inclusiva da de Nova Lima; e Flávia Oliveira, representando a Secretaria de Educação de Contagem.

[Leia na íntegra](#)

FOTOS: CLAUDINEI SOUZA/DPMG



Ciclo de conversas reuniu defensoras e defensores públicos, agentes públicos, especialistas e familiares no auditório da Defensoria. Nicole Oliveira (no alto, à dir.), de 14 anos, que está no espectro autista, relatou suas experiências no ambiente escolar. Também pais, mães e demais representantes da sociedade apresentaram sugestões para a educação inclusiva

Aula inaugural do Módulo VII da Formação em Gênero e Raça/Etnia

Na aula inaugural do Módulo VII do Curso de Formação em Gênero e Raça/Etnia, realizada na quarta-feira (5/10), pela Defensoria de Minas, por meio da Esdep, a representatividade feminina e violência gênero foram temas centrais de discussão. Neste novo módulo é discutida a postura da Defensoria

Pública diante questões como representatividade feminina, violência política de gênero, políticas públicas para mulheres e desproporcionalidade da participação política institucional das mulheres.

A ex-defensora pública-geral e membra fundadora do Instituto de Ciências Penais, Andrea Abritta, foi responsável pela mediação do encontro. Como facilitadoras participaram a defensora pública e coordenadora do Grupo de Políticas Etnorraciais da Defensoria Pública da União, Rita Oliveira; e a defensora pública do Estado de Tocantins, Denize Souza Leite, que é membra da Comissão dos Direitos da Mulher e da Comissão de Igualdade Étnico-Racial da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep).

[Leia mais](#)



ESCOLA SUPERIOR

Palestras da DPMG sobre os 34 anos da Constituição Federal abordam luta pelos direitos humanos e mitos. Assista na íntegra

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), por meio de sua Escola Superior (Esdep-MG), promoveu as palestras “Os 34 anos da Constituição Brasileira – Colonialismo, direitos humanos e totalitarismo financeiro” e “34 anos de Constituição Federal – A Defensoria Pública como instituição constitucional de promoção dos direitos humanos e de acesso à justiça”. O ciclo de palestras marcou o aniversário da Carta Magna, celebrado no dia 5 de outubro.

A palestra “Os 34 anos da Constituição Brasileira – Colonialismo, direitos humanos e totalitarismo financeiro”, foi transmitida ao vivo na noite da quinta-feira (6/10), pelo canal do YouTube da DPMG. A defensora pública-geral de Minas Gerais, Raquel da Costa Dias, abriu o evento, que teve como palestrante o jurista argentino Eugenio Raúl Zaffaroni, referência no Direito. Eugênio Zaffaroni falou sobre o novo colonialismo em palestra com participação da defensora-geral Raquel da Costa Dias, e também como mediadores, o

defensor público Rodrigo Murad e da defensora pública Mariana Lima.

Zaffaroni é professor emérito na Universidade de Buenos Aires, doutor em Direito, Ciências Jurídicas e Sociais e doutor honoris causa pela UERJ, UFC, UCB e pelo Centro Universitário FIEO. Foi ministro da Suprema Corte de Justiça da Argentina e juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos no período de 2016 a 2021. É autor de vasta e conceituada obra sobre sua especialidade: Criminologia e Direito Penal.



Os mitos acerca da Constituição

Na quarta-feira (5/1), ocorreu a palestra “34 anos de Constituição Federal – A Defensoria Pública como instituição constitucional de promoção dos direitos humanos e de acesso à justiça”. O evento ocorreu de forma híbrida – presencial, no auditório da Sede I da DPMG, em Belo Horizonte, e com transmissão ao vivo pelo canal da DPMG no YouTube.



O professor Bernardo Gonçalves e a defensora pública Mariana Lima na palestra sobre a Defensoria como instituição de promoção dos direitos humanos

O palestrante foi o presidente da Comissão de Estudos Constitucionais e Direito Constitucional da OAB-MG e diretor do Instituto Mineiro de Direito Constitucional, professor doutor Bernardo Gonçalves. A defensora pública Mariana Lima, em atuação na Defensoria Especializada de 2ª Instância e Tribunais Superiores Criminal, foi a mediadora.

Mariana Lima fez a abertura da palestra ressaltando a importância de pensar os novos caminhos que a Defensoria Pública pode trilhar a partir de agora, com as atuais perspectivas de direito constitucional. Bernardo Gonçalves teceu reflexões críticas sobre o projeto constituinte, o que se constituiu ao longo desses 34 anos, ressaltando pontos importantes acerca dos mitos que pairam sobre a Constituição.

O professor tratou do mito de que a Constituição é longa, prolixa e detalhista.

[Leia a matéria na íntegra](#)



PROCEDIMENTOS E COMUNICADOS INTERNOS • I

DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL

Medidas de segurança para acesso às unidades da DPMG na capital

A Defensoria Pública-Geral emitiu nota no dia 14/09 informando o início do cadastramento das biometrias das defensoras, defensores, servidoras, servidores, funcionárias, funcionários, estagiárias, estagiários e adolescentes trabalhadores, tendo tal procedimento sido iniciado em 19/09/22, nas Unidades I (sede), II e III. Em 20/09/22, houve divulgação na Intranet do cronograma, tendo sido informado, também, que em 03/10/22 as catracas passariam funcionar, o que vem ocorrendo regularmente.

A partir de 10/10/22, o cadastramento será feito exclusivamente nas portarias das Unidades I, II e III bem como nas entradas dos estacionamentos das Unidades I e III, sendo que, a partir dessa data, o acesso às garagens das Unidades I e III somente ocorrerá com a liberação biométrica, não sendo mais possível o acionamento por meio de controle remoto como tem sido feito desde a implementação das medidas de restrição em razão da pandemia, mesmo com a identificação funcional.

Relembra-se que estão sendo observadas as Resoluções DPG n. 25 de 2015 e n. 118 de 2016, destacando-se ser facultativo o cadastramento biométrico das Defensoras Públicas e dos Defensores Públicos para acesso às portarias dos prédios da DPMG (às garagens, apenas com biometria), devendo, nesse caso, apresentar a identidade funcional (art. 4º, § 9º, LC n. 80/94 e art. 2º, §§ 1º e 2º).

Alteração no fluxo de chamados de bens patrimoniais na Defensoria Pública

No dia 5/10, a Defensoria Pública-Geral informou que, visando ao investimento eficiente do dinheiro público e à melhoria da gestão dos bens patrimoniais da DPMG, será necessário o aval da Coordenação Local, Coordenação de Especializada, Núcleo ou CAE em chamados que tratem desses itens.

Tal alteração permitirá a melhor avaliação da solicitação, bem como a indicação de outras soluções possíveis que se apresentem mais viáveis, além de propiciar maior controle pelas Coordenações já que tais bens, em regra, ficam sob a sua responsabilidade.

Entende-se por bem patrimonial aquele bem permanente que, por possuir durabilidade e valor maiores, é controlado por gestão patrimonial. São exemplos: cadeira, mesa, computadores, segundas telas, webcams, gaveteiro etc.

>> *A Defensoria Pública-Geral conta com a compreensão de todas e todos e permanece à disposição para eventuais esclarecimentos.*

Resolução nº 1178 dispõe sobre utilização do SEI, que será obrigatória a partir de 17/10/2022

Foi publicada no Diário Oficial da DPMG de quinta-feira (06/10/2022) a Resolução nº 1178, que institui o SEI como sistema oficial no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, para formação, instrução e decisão de processos administrativos eletrônicos.

Conforme a Resolução, a utilização do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) será obrigatória para todos os órgãos da DPMG, a partir do dia 17 de outubro deste ano. De acordo com a norma, o uso do SEI contempla a produção, a assinatura e a tramitação, exclusivamente eletrônica, de documentos e processos administrativos entre as Unidades da Defensoria, e entre essa e usuárias e usuários internos ou externos com os quais se relaciona, admitindo-se a impressão apenas em caráter extraordinário.

[Resolução nº 1178 \(06/08/2022\)](#)

Centros de Conciliação e Mediação

[Ipatinga, Resolução nº 1206/2022 \(7/10/2022\)](#)

[Uberlândia, Resolução nº 1207/2022 \(7/10/2022\)](#)

Movimentações na carreira

A Subdefensoria Pública-Geral torna pública a lista de antiguidade das defensoras e defensores públicos, apurada até 17/09/2022, além da relação de vagas no quadro de cargos, deliberadas na 9ª sessão ordinária do Conselho Superior, de 16/09/2022.

[Resolução nº 1193/2022 \(7/10/2022\)](#)

Comissões inventariantes - Composição das comissões, as datas-limite e as atividades relativas ao encerramento do exercício financeiro de 2022.

[Resolução nº 1213/2022 \(8/10/2022\)](#)

Abertura de consultas para cooperação

>> *Inscrições em cooperacao@defensoria.mg.def.br*

- **Belo Horizonte/DEDICA-Cível** – acumulação compartilhada nas demandas de saúde, de 17/10/2022 a 16/4/2023, podendo ser prorrogado ou antecipado. Inscrição até 13h do dia 14/10/22.

[Resolução nº 1202/2022 \(7/6/2022\)](#)

- **Belo Horizonte / 1ª Defensoria dos Juizados – Jesp Fazenda Pública** – de 18/novembro a 2/dezembro/2022, podendo ser prorrogado ou antecipado. Inscrição até 13h do dia 14/outubro/ 2022.

[Resolução nº 1203/2022 \(8/10/2022\)](#)

- **Além Paraíba / Cível** – de 29/outubro/2022 a 28/abril/2023, podendo ser prorrogado ou antecipado. Inscrição até 12h do dia 13/10/22.

[Resolução nº 1212/2022 \(8/10/2022\)](#)

- **Araxá / Defensoria da Criança e do Adolescente** – acumulação compartilhada nos procedimentos cíveis, de 17/10/2022 a 17/4/2023, podendo ser prorrogado, interrompido ou antecipado. Inscrição até 13h do dia 13 de outubro de 2022.

[Resolução nº 1200/2022 \(7/10/2022\)](#)

- **Betim / Defensoria Cível** – acumulação compartilhada de 13/10 a 16/12/2022, podendo ser prorrogado, interrompido ou antecipado. Inscrição até 13h do dia 11/10/2022.

[Resolução nº 1204/2022 \(7/10/2022\)](#)

- **Caxambu /Defensoria Cível** – remota e presencial, de 30/10/2022 a 29/4/2023, podendo ser prorrogado ou antecipado. Inscrição até 12h do dia 11 de outubro de 2022.

[Resolução nº 1194/2022 \(7/10/2022\)](#)

IMPORTANTE: Faça seu login no 'Gerais' antes de clicar nos links

PROCEDIMENTOS E COMUNICADOS INTERNOS • II

- **Contagem / 2ª Defensoria de Família** – acumulação compartilhada de 13/10/2022 a 13/4/2023, podendo ser prorrogado, interrompido ou antecipado. Inscrição até 13h do dia 11/10/22.

[Resolução nº 1205/2022 \(7/10/2022\)](#)

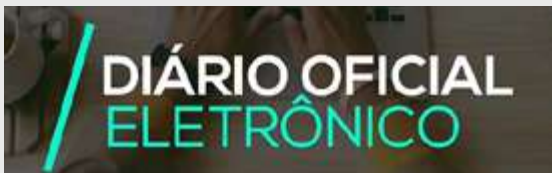
- **Lagoa Santa / Defensoria Cível** – acumulação compartilhada de 11 a 28/11/2022, podendo ser prorrogado, interrompido ou antecipado. Inscrição até 13h do dia 14/10/2022.

[Resolução nº 1192/2022 \(5/10/2022\)](#)

- **Poços de Caldas / Sessão de Júri** – dia 6/12/2022. Inscrição até 13h do dia 14/10/2022.

[Resolução nº 1201/2022 \(7/10/2022\)](#)

Acesse aqui outras publicações



CORREGEDORIA- GERAL

Inspecção presencial em Sete Lagoas

A Corregedoria vai realizar inspeção presencial na Unidade da Defensoria Pública em Sete Lagoas/MG, com início às 9h do dia 24/10/2022, e convoca a todas as defensoras e defensores públicos lotados na referida unidade a comparecerem no local e horário marcados. Da inspeção resultará relatório circunstanciado contendo o cenário geral constatado.

[Portaria nº 030/2022/CGDPMG \(6/10/2022\)](#)

Nota de procedimento sobre ação civil pública

[Clique para ler a nota](#)

CÂMARAS DE ESTUDOS

Nota técnica sobre gratuidade de retificação de nome e de gênero da pessoa transgênero

A pedido da Corregedoria-Geral, as Câmaras de Estudos de Métodos Adequados de Solução de Conflitos e Atuação Extrajudicial; de Igualdade Étnico-Racial, de Gênero e de Diversidade Sexual; e Câmara de Estudos Institucionais elaboraram Nota Técnica acerca da gratuidade do procedimento extrajudicial de retificação de nome e de gênero da pessoa transgênero, nos casos de vulnerabilidade socioeconômica comprovada.

De acordo com a defensora pública, coordenadora dos trabalhos, Luciana Leão Lara Luce, o objetivo da nota é acrescentar fundamentos jurídicos diversos daqueles, até então debatidos, “sendo certo que a necessidade de se adequar formalmente o registro de nascimento à condição de gênero da pessoa transgênero, que se autodeclare hipossuficiente economicamente, configura-se, em regra, o primeiro registro civil com tais qualificações. Nesse caso, deve o Estado assegurar, pela via cartorária, a expedição gratuita da respectiva certidão com tais qualificações”.

[Leia a nota na Base de Conhecimento](#)

ESDEP INFORMA

Resultado do sorteio para o 28º Seminário Internacional de Ciências Criminais

A Escola Superior divulgou as defensoras e defensores públicos sorteados para participarem do 28º Seminário Internacional de Ciências Criminais, que acontecerá nos dias 19 a 21/outubro, em São Paulo.

CONTEMPLADOS: Bruno Fiorin Hernig, Camila Cortes Rezende Silveira Dantas, Fernanda da Silva Gontijo e Gilmara Andrade dos Santos Maciel.

SUPLENTES: Liliana Soares Martins Fonseca, Cecília Madureira Batista Cruz, Maria Rosa Bento Rodrigues e Maria Valéria Valle da Silveira.

A Defensoria de Minas irá arcar com os custos da diária e passagem para os sorteados.



Precisa solicitar serviços das contadoras da DPMG?

A Contadoria atende todas as defensoras públicas e defensores públicos de Minas Gerais. As orientações a seguir sobre o fluxo de demandas e tarefas deste setor objetivam organizar rotinas e ampliar a eficiência.

- 1 Informe o tipo de planilha de cálculos que deve ser feita e qual seu objetivo. Se possível, informe os encargos, datas e os índices que devem ser aplicados.
- 2 Envie apenas as peças necessárias para o cálculo ou indique-as. As contadoras não tem conhecimento técnico e nem tempo hábil para ler todo o processo.
- 3 Em caso de prestação de contas ou qualquer cálculo que demande relacionar valores documentados (recibos, notas fiscais, extratos bancários, etc.) deve ser apresentada pela defensora pública ou defensor público solicitante a relação desses valores, a identificação e as datas respectivas. As contadoras não digitalizam documentos.
- 4 As contadoras não atenderão partes assistidas. O atendimento e atribuição das defensoras públicas e defensores públicos.
- 5 Envie a solicitação com antecedência para o e-mail contadoria@defensoria.mg.def.br. As contadoras tem até 15 dias da data da solicitação para realizar e enviar os cálculos.

Coordenação Cível da Capital



continua >>

IMPORTANTE: Faça seu login no 'Gerais' antes de clicar nos links

PROCEDIMENTOS E COMUNICADOS INTERNOS • III

ENTENDA O SEI NA DEFENSORIA

Cards 30 e 31: Entenda o SEI na Defensoria

Sempre às terças e quintas-feiras, cards prestam informações e orientações sobre o novo sistema.



Acompanhamento Especial

O Acompanhamento Especial é uma funcionalidade que pode ser utilizada caso você precise acompanhar o andamento do processo, sem a necessidade de mantê-lo aberto em sua unidade. Para isto, clique no ícone de Acompanhamento na tela do processo.

Após a inclusão do Acompanhamento, você poderá concluir o processo e acompanhar o andamento do processo através do **Menu/Acompanhamento Especial**.



Boas práticas no SEI:

- **Ciência nos processos ou documentos:** para dar ciência em um documento, basta clicar no botão "Ciência". Não há necessidade de incluir um outro documento informando que está ciente.
- **Identificar devidamente os documentos anexos:** ao criar ou anexar um documento, identifique-o devidamente para facilitar a localização dos mesmos dentro do processo.
- **Assinatura de documentos:** certificar-se de que os documentos gerados no SEI foram assinados eletronicamente antes de tramitar o processo. Documentos sem assinatura são considerados minutos e não ficam visíveis para as demais unidades.
- **E-mail de notificação:** ao enviar um processo para outra Unidade, selecionar a opção "enviar e-mail de notificação", de forma a notificar a unidade destino do envio do processo.

Como regra geral, a unidade demandada com prazo em um processo não pode concluí-lo ou enviá-lo para terceiros, exceto se o processo for mantido aberto na unidade atual. Nesse caso, pode, inclusive, definir um outro prazo para a unidade destinatária. Ou seja, o SEI também controla prazos "em cascata". A unidade destinatária de um processo com retorno programado somente pode: Enviar o processo para a unidade demandante do retorno; Enviar o processo para terceiros, inclusive podendo atribuir seu próprio retorno programado, desde que mantenha o processo aberto na própria unidade. Isso possibilita o controle de prazos "em cascata".



NOTA DE PESAR

A Defensoria Pública de Minas Gerais comunica, com pesar, o falecimento, no sábado (8/8), do

defensor público aposentado **Paulo Roberto Velloso**, de Juiz de Fora. Aos familiares e amigos, nossas condolências e solidariedade.

//